



Brasil quita dívidas de 2023 com organismos internacionais

Sem ameaça identificada, 8 de janeiro terá 2 mil PMs na Esplanada

Página 4

Câmera corporal em policiais é caminho sem volta, afirma ministro

Página 8

Fapesp recebe propostas para a seleção de novos centros de pesquisa

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) recebe até o dia 29 de janeiro pré-propostas para o Programa dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepids), que tem como objetivo apoiar por longo prazo centros de pesquisa de excelência no Estado de São Paulo, multi-institucionais e em qualquer área do conhecimento.

O novo ciclo é voltado para a grande área de Ciências Exatas, da Terra e Engenharias, e as pré-propostas que forem selecionadas deverão ser reapresentadas de forma completa até 19 de julho de 2024.

Os Cepids têm como missão desenvolver pesquisa na fronteira do conhecimento, fundamental ou aplicada, com impacto comercial e social relevantes, contribuir para a inovação por meio de transferência de tecnologia e oferecer atividades educacionais e de difusão do conhecimento a professores e estudantes do ensino fundamental e médio, bem como ao público em geral.

“Trata-se de uma das mais importantes iniciativas da Fapesp em programas de excelência com um financiamento de longo prazo. Nesse sentido, abre-se a possibilidade de ousar e fazer contribuições disruptivas”, comenta Marcio de Castro Silva Filho, diretor científico da Fapesp.

O primeiro edital do programa foi lançado em 1998, quando foram aprovadas propostas para a criação de dez centros. Com o segundo edital, o número subiu para 17 Cepids. Prevê-se agora que sejam constituídos 18 centros, a serem escolhidos entre 2021 e 2026, em seis ciclos de apresentação de propostas, divididos por área de conhecimento.

No primeiro ciclo, em 2021, foram submetidas propostas para Cepids nas áreas de Ciências da Saúde, Biológicas e Agronomia e Veterinária. Em 2022, no segundo ciclo, a fundação recebeu propostas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, Arquitetura e Urbanismo, Economia e Administração. Serão ainda submetidas propostas de Cepids nas áreas de Ciências da Saúde, Biológicas e Agronomia e Veterinária (2024 e 2026), além das propostas para um segundo ciclo das áreas de Ciências Exatas e da Terra e Engenharias em 2025.

Ao longo dos 11 anos de financiamento, cada Cepid contará com até R\$ 8 milhões anuais nos primeiros cinco anos – num total de até R\$ 40 milhões no período.

Uma em cada quatro pessoas em situação de rua vive em São Paulo



Foto: Tatiana Rego/ABR

Página 4

Arquidiocese se diz perplexa sobre CPI contra padre Julio Lacellotti

Página 4

Prefeitura prorroga prazo da Lei de Regularização de Imóveis

Página 2

Preços na saída das fábricas recuaram 0,43% em novembro

Página 8

Esporte

Piratas impedem equipe brasileira de receber carro no Dakar

Campeão sul-americano de Rally Raid (novo nome da modalidade Rally Cross-Country, da qual fazem parte o Dakar e o Sertões), o piloto Rodrigo Varela comemorava o Natal com a família quando chegou a notícia: o navio cargueiro que levava seu carro para a disputa do Dakar 2024, um UTV Can-Am, além de todas as peças sobressalentes e equipamentos, havia fugido de piratas houthis que abordavam as embarcações no Mar Vermelho. Impedido de fazer aquela rota, o navio mudou o rumo para contornar todo o continente africano, o que alterou sua chegada mais de 20 dias – inviabilizando a disputa da prova pelo piloto brasileiro.

Imediatamente, a família Varela – um tradicional clã do esporte a motor brasileiro – iniciou os contatos para que o projeto da estreia de Rodrigo no Dakar não se encerrasse ali. Já com viagem programada para a Europa no dia 26 de dezembro, de onde seguiria para a Arábia Saudita, local do Dakar de 5 a 19 de janeiro, Rodrigo começou a busca de um carro substituto, com a ajuda dos dois irmãos e do pai, Reinaldo Varela, campeão do Dakar e tricampeão mundial.

“Localizamos um Can-Am em Portugal, de um piloto que veio ao Brasil disputar o Sertões conosco. Mas precisamos fazer modificações e adaptações às pressas. Felizmente, deu certo e ele passou na vistoria do Dakar. Era o principal: vamos correr!”, contou Rodrigo, que será parceiro do navegador Ênio Bozzano. “Mas ainda não temos todas as peças



Foto: Vinicius Branca

Rodrigo Varela durante o Sertões de 2023

que vamos precisar durante o Dakar, que é uma corrida longa e exige muita manutenção. Para isso, estamos contando com a ajuda das outras equipes. O Dakar é um misto de corrida e aventura. E isso faz da solidariedade uma de suas marcas mais notáveis. As pessoas se ajudam quando podem”.

O incidente não foi um fato isolado. Uma semana antes, o governo dos Estados Unidos anunciou uma coalisão internacional para a difícil tarefa de proteger navios cargueiros que vinham sendo atacados por piratas no Mar Vermelho. No dia 31 de dezembro, helicópteros do porta-aviões USS Eisenhower e do destroyer USS Gravelly combateram três embarcações houthis, matando dez tripulantes.

Os houthis são uma das principais forças da guerra civil iniciada em 2012 no país mais pobre da região, o Iêmen, onde se opõem forças apoiadas pela Arábia Saudita (aliada dos EUA) e pelo Irã. Como nação árabe, outra bandeira que motiva a ação houthi naquela região é a oposição a Israel, devido à guerra contra o Hamas. O Mar Vermelho é caminho para o Canal de Suez, no Egito, por onde passam 15% do comércio mundial.

Equipe formada por brasileiros – O projeto dos Varela promoverá não apenas a estreia no Dakar de Rodrigo, filho mais velho do tricampeão mundial Reinaldo. Também é marcante o fato de que o time seja formado por técnicos brasileiros. Três mecânicos especializados serão chefiados por Reinaldo, com auxílio do filho

mais novo, Bruno – que recentemente faturou o tricampeonato brasileiro de Rally Baja. Os dois estarão nos veículos de apoio na trilha. A iniciativa tem apoio das empresas Divino Fogão, Can-Am, Motul e Quadrijet.

O outro piloto da família, Gabriel, ficou no Brasil, de onde coordenou os esforços de localização e preparação do carro, além de ajudar na logística enquanto a família se deslocava para o Oriente Médio.

O Team Brazil, nome dado à equipe neste Dakar, se instalou na última terça-feira no primeiro dos 13 acampamentos previstos para a prova, em Al-Ula, local de um oásis ocupado há mais de cinco mil anos, no coração do deserto saudita. Na chegada, Rodrigo realizou a primeira tarefa de sua

2024, num ano em que o país preside o G20, grupo das 20 maiores economias do planeta. No segundo semestre de 2023, o Brasil presidiu o Conselho de Segurança do organismo internacional.

“Esse quadro de adimplência, que resulta do trabalho conjunto do Ministério do Planejamento e Orçamento e do Ministério das Relações Exteriores, além de outros órgãos do governo federal, fortalece a imagem do Brasil no cenário internacional global e regional, reafirma o compromisso do país com o multilateralismo e reforça a capacidade de atuação diplomática em prol dos interesses nacionais e dos princípios que regem a política externa brasileira”, destacou nota conjunta dos dois ministérios. Página 3

nova realidade na mais difícil corrida off-road do mundo: conseguir um gerador de energia, já que o equipamento estava no navio que fugiu dos piratas. “Vai ser assim até o final”, disse Rodrigo. “Com o planejamento correto, que nós tínhamos até esse incidente, já é bem difícil disputar essa corrida. Mas o Dakar é isso: você tem que se superar todos os dias. Estamos aqui pra isso”, finalizou.

Além da estreia do campeão sul-americano, o Brasil conta em 2024 com sua mais forte representação no Dakar desde a estreia do país na prova, em 1988, com Klever Kolberg e André Azevedo. Com um recorde de 17 integrantes, a delegação nacional tem fortes candidatos à vitória nas categorias em que atua, como a Carros (com Lucas Moraes, por exemplo), protótipos UTVs T3 (Gustavo Gugelmin, navegador) e UTVs de fábrica preparados para competição (T4, com Varela/Bozzano e o piloto Cristiano Batista), além da Quadríciclos (com Marcelo Medeiros).

Competidores
778 inscritos
72 nacionalidades
Veículos e Categorias
Carros: 72 (5)*
Motos: 148
Quadríciclos: 10 (1)
Protótipos Leves: 66
UTVs (Challengers, T3): 42 (6)
UTVs (de produção, T4): 36 (5)
Caminhões: 46
Clássicos: 14
Total: 434 veículos
*Nota: entre parênteses, quantidade de competidores brasileiros, que totalizam 17, a maior delegação brasileira no Rally Dakar.

Prefeitura prorroga prazo da Lei de Regularização de Imóveis

Estudos usam inteligência artificial na criação de medicamentos contra malária

Com auxílio de inteligência artificial (IA), pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de Goiás (UFG) identificaram medicamentos já aprovados para o uso em humanos, ou em fase de estudo clínico, que apresentam potencial ação contra o parasita da malária.

O alvo do trabalho divulgado na revista ACS Omega foi o Plasmodium falciparum, espécie responsável pelos casos mais graves de malária do país. Segundo os autores destacam no artigo, o uso de ferramentas computacionais pode facilitar a descoberta de fármacos contra o parasita, que tem capacidade de desenvolver resistência rapidamente.

A malária é um dos principais desafios de saúde pública em regiões tropicais e subtropicais, causando quase 250 milhões de casos todos os anos no mundo. Na ausência de uma vacina eficiente e definitiva contra a doença, o tratamento inclui uma combinação de medicamentos que agem em diferentes estágios do ciclo de vida do P. falciparum para evitar a resistência, que é comum.

“Por isso, é urgente a necessidade de se identificar novos fármacos”, destaca Carolina Horta Andrade, coordenadora do estudo e pesquisadora líder do Laboratório de Planejamento de Fármacos e Modelagem Molecular (LabMol) da UFG e colaboradora do Instituto de Biologia (IB) da Unicamp.

Com esse objetivo em mente, os cientistas utilizaram uma estratégia computacional para a busca e seleção de alvos e moléculas. “É o que chamamos de reposicionamento de fármacos, ou seja, encontrar novos usos entre medicamentos que já são aprovados para o uso em humanos ou que estão em estágio clínico de desenvolvimento”, explica Horta.

O primeiro passo do estudo, que contou com apoio da Fapesp, foi uma análise de transcriptoma (conjunto de moléculas de RNA expressas pelos genes) do parasita em diferentes fases de seu ciclo de vida – assexuada no sangue, gametócitos no fígado e sexuada no inseto vetor.

O objetivo dessa etapa foi identificar genes codificadores de proteínas altamente expressos em mais de um estágio. Foram encontrados 674 genes, dos quais 409 são considerados essenciais para a sobrevivência do parasita, de acordo com dados do PlasmoDB, banco de dados biológico do gênero Plasmodium.

Em seguida, os cientistas pesquisaram esses genes individualmente no repositório Therapeutic Target Database, encontrando 300 compostos bioativos associados a 147 deles.

Os fármacos foram checados um a um com a ferramenta “Chemical Checker”, que permite a busca por compostos semelhantes. Esse tipo de análise consiste em comparar as estruturas moleculares dos compostos e dos genes do parasita e descobrir se há compatibilidade.

Chegou-se a 75 compostos conhecidos e 1.557 similares, totalizando 1.632 com potencial bioatividade – previstos

como ativos e inativos por modelos de IA desenvolvidos anteriormente no LabMol. Dois foram selecionados – NVP_HSP90 e aglicona de silvestrol – e suas reações foram avaliadas experimentalmente.

Os dois compostos selecionados foram testados tanto em cepas de P. falciparum 3D7 (linhagem sensível à cloroquina) quanto na cepa multirresistente Dd2. Ambos apresentaram potente atividade inibitória contra o parasita no estágio sanguíneo assexuado.

Além disso, a aglicona de silvestrol, que é derivada de um produto natural, a árvore tropical Aglaia foveolata, exibiu baixa citotoxicidade em células de mamíferos, potencial de bloqueio da transmissão e atividade inibitória comparável à dos antimaláricos estabelecidos. Agora deve ser testada em outros estágios de vida do parasita.

“Esses fármacos, naturalmente, ainda precisam ser testados em modelos animais vivos para que sua eficácia e segurança sejam garantidas e, no futuro, façam parte de testes clínicos em seres humanos”, diz Horta. “Mas os resultados são bastante promissores no sentido de termos opções de compostos químicos que possam seguir adiante e mostram que o uso de ferramentas computacionais e de inteligência artificial pode acelerar a descoberta de fármacos – especialmente para uma doença tropical negligenciada.”

“Agora com o uso de IA, o in silico (simulação computacional) vem passando por um avanço fantástico, mas é sempre importante lembrar que para a descoberta e validação de novas moléculas também é necessário um esforço no entendimento de seu modo de ação no parasita e se elas podem facilmente gerar resistência, algo que é trabalhoso mas resolutivo”, ressalta Fabio Trindade Maranhão Costa, professor do IB-Unicamp e colaborador do estudo.

Costa é coordenador de outro artigo publicado na revista Antimicrobial Agents and Chemotherapy, que também envolveu triagem virtual para identificar novos tratamentos contra a malária. A ideia desse segundo trabalho foi utilizar simulações com modelos tridimensionais (3D) da estrutura da proteína para encontrar inibidores de proteínas-chave para a reprodução do parasita em diferentes estágios do ciclo de vida – as chamadas quinases.

Os pesquisadores utilizaram um software para localizar compostos ativos com essa capacidade e os submetem a testes in vitro com as mesmas cepas do estudo anterior. A molécula de quinazolina (542) apresentou atividade potente contra estágios sanguíneos assexuados do parasita, com a vantagem de também ter alto índice de seletividade, ou seja, uma sólida capacidade de combater a doença sem causar tantos danos ao organismo.

Para confirmar o efeito inibidor, foram realizadas ainda análises de interação químico-genética em modelos de leveduras que expressam uma proteína do tipo quinase similar à do parasita.

A Prefeitura de São Paulo prorrogou até 31 de dezembro de 2024 o prazo para a regularização de imóveis na cidade pela Lei de Regularização de Edificações (Lei 17.202/2019). A prorrogação foi publicada na última quinta-feira (28) no Diário Oficial com a sanção da Lei nº 18.062/2023, que, em seu artigo 72, estendeu em mais um ano o período para o protocolo de pedidos de regularização de imóveis. O prazo anterior era 31 de dezembro de 2023.

A Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) é a responsável por analisar os processos e emitir o documento de regularização das edificações no Município. Desde que a Lei de Regularização entrou em vigor em 2019, mais de 212 mil imóveis foram regularizados pela Prefeitura, a maior parte deles de forma automática. Esse resultado é histórico quando comparado ao da lei anterior, de 2003, que legalizou 93 mil imóveis.

Podem solicitar a regularização proprietários de edificações construídas até julho de 2014 e que apresentem inadequações frente à legislação edilícia de parcelamento, uso e ocupação do solo da cidade de São Paulo (Lei de Zoneamento, Código de Obras e Edificações e Lei de Uso e Ocupação do Solo). A legislação tem o objetivo de desburocratizar e simplificar para a população o processo de garantia sobre o imóvel.

Os cidadãos interessados em regularizar imóveis residenciais, comerciais, institucionais e de serviços devem entregar o pedido acompanhado de todos os documentos necessários para enquadrar as edificações às normas da Prefeitura.

A ampliação do prazo de entrada do pedido de regularização é benéfica ao munícipe, porque a emissão de documentos em cartórios, escritórios de profissionais da área de arquitetura e en-

genharia pode ser demorada.

Lei de Regularização de Edificações

Os processos de regularização de edificação podem ser feitos de maneira totalmente digital pelo Portal de Licenciamento. Nele, o cidadão é capaz de realizar todas as etapas de requerimento e enviar a documentação necessária remotamente.

São quatro modalidades de regularização, que consideram o tamanho e a complexidade da edificação. Acompanhe:

Regularização automática: residências de baixo e médio porte com isenção total de IPTU em 2014 serão regularizadas sem necessidade de protocolo

Regularização declaratória simplificada: edificações residenciais não enquadradas na categoria automática e que tenham até 500 m² de área construída deverão declarar as informações sobre a edificação no Portal de

Licenciamento. Nesta categoria não haverá análise da Prefeitura, dependendo apenas da apresentação de documentos e atestados por parte do interessado, juntamente ao responsável técnico;

Regularização declaratória para residências maiores, como comércios, escolas, escritórios, pousadas, e que tenham área construída de até 1.500 m². Esses casos deverão ter um responsável técnico e a regularização deve ser solicitada por meio do Portal de Licenciamento. A emissão do documento se dará após a análise da Prefeitura.

Regularização comum: destinada para os casos não incluídos nas categorias acima e para as edificações com área construída maior que 1.500 m². Nessa categoria também é necessário um responsável técnico e o protocolo deve ser feito no Portal de Licenciamento, além de o processo passar pela análise dos técnicos da Prefeitura.

Mais de 700 detentos são presos pela PM de SP em duas semanas

A saída temporária de fim de ano terminou na quarta-feira (3). Desde o dia 23 de dezembro, quando os detentos foram liberados para as festas de fim de ano, a Polícia Militar (PM) efetuou a prisão de 631 infratores que foram beneficiados com a medida, mas que descumpriram as regras previstas em lei para permanecer nas ruas no período. Além destes, outros 81 detentos contemplados com benefício foram presos após serem flagrados cometendo algum tipo de crime.

Durante as duas semanas, os detentos flagrados pelos policiais infringindo as normas impostas pelo Poder Judiciário foram levados imediatamente ao estabelecimento prisional, conforme prevê uma portaria publicada pela Secretaria da Segurança Pública (SSP) com a anuência da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP). A parceria estabelecida em 2023 permitiu que os policiais conduzissem os detentos diretamente à penitenciária mais próxima do local da abordagem.

Além disso, um acordo de cooperação entre a SSP e o Tribunal de Justiça de São Paulo

facilitou o acesso de policiais aos processos dos réus que cumprem a pena fora das prisões. Por meio dos dispositivos móveis das viaturas, é possível consultar a situação prisional do abordado e, assim, verificar se as medidas cautelares impostas pela Justiça estão sendo cumpridas. Caso contrário, a própria equipe da PM informa ao Poder Judiciário do descumprimento e conduz o abordado à penitenciária.

“Essa foi mais uma ferramenta implementada ao longo do ano passado pela nossa gestão para coibir a criminalidade e evitar a reincidência criminal”, lembrou o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite. “Nosso objetivo é garantir a tranquilidade e a segurança da população, porque além de prejudicar o combate ao crime, a saída temporária ainda causa um sentimento de impunidade à sociedade”, avaliou.

O prazo para os presos beneficiados pela saída temporária retornarem ao sistema prisional terminou às 18 horas desta quarta-feira. A partir de então, quem não se apresentou é considerado foragido. Aproxima-

mente 33 mil detentos foram liberados no estado para a “saidinha” de fim de ano.

Como era antes?

A recondução de presos em descumprimento das regras do benefício passou a ser cumprida em junho deste ano. Desde então, em todo o estado, 1.001 detentos foram flagrados infringindo as normas estabelecidas pelo Poder Judiciário ou cometendo crimes.

Antes, a comunicação entre a Polícia Militar e a Justiça sobre a captura de infratores desrespeitando medidas cautelares não era feita de forma direta. Ou seja, caso fosse abordado, só era possível verificar a condição do suspeito junto à Justiça na delegacia. Com o acordo, porém, o processo de checagem ganhou mais agilidade.

Capital

Só na cidade de São Paulo foram 259 detentos flagrados desde 23 de dezembro infringindo as regras impostas pela Justiça. Houve casos onde os beneficiados pela saída temporária estavam frequentando locais nas

proximidades das cenas abertas de uso, popularmente conhecida como cracolândia, o que é proibido, conforme a Lei de Execução Penal. Detentos flagrados nessas condições perdem o direito ao benefício.

Na segunda-feira (1º), durante patrulhamento pela região da Luz, no centro da capital paulista, policiais militares abordaram um homem em atitude suspeita. Em consulta ao Centro de Operações da Polícia Militar (Copom) foi constatado que ele estaria em benefício da saída temporária, monitorado por tornozeleira eletrônica. No entanto, foi constatado que o infrator não usava o equipamento. Aos policiais, o homem confessou que cortou a cinta da tornozeleira e a dispensou. Ele foi reconduzido pela equipe da PM ao Centro de Detenção Provisória Belém I, na zona leste da capital.

No interior do estado, na região de Ribeirão Preto, 83 detentos foram flagrados descumprindo as regras desde o final do ano passado. No litoral paulista, na área da Baixada Santista, 51 beneficiados da “saidinha” foram detidos no período.

Governo anuncia 200 novas moradias e reforça abastecimento em São José dos Campos

O governador em exercício Felício Ramuth confirmou na quinta-feira (4) um convênio entre o Estado e a Prefeitura de São José dos Campos para a construção de 200 moradias para famílias de baixa renda e residentes em áreas de risco. Felício também entregou a nova adutora do sistema Tatu-tuba e obras complementares da Sabesp, reforçando o abastecimento de água para 270 mil moradores da cidade. Somados, os investimentos ultrapassam R\$ 92 milhões.

“O governador Tarcísio de Freitas está valorizando as prefeituras com soluções que garantem mais agilidade. Hoje, esse convênio é um cheque de R\$ 40 milhões para 200 unidades habitacionais ou mais, a prefeitura pode colocar mais recursos ou até

fazer mais moradias com o mesmo valor. Não tem o custo do terreno porque já são áreas institucionais, e também muda o conceito com conjuntos habitacionais menores”, afirmou Felício.

As agendas ainda reuniram a secretária estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, diretores da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) e da Sabesp, o prefeito Anderson Farias, vereadores e autoridades locais.

O investimento para a construção das novas moradias será de R\$ 40 milhões, por meio da CDHU. O prazo de vigência do convênio é de 24 meses.

As obras habitacionais serão feitas pela Prefeitura de São José dos Campos em diferentes regi-

ões da cidade, sob supervisão da CDHU. O objetivo da parceria é viabilizar moradias dignas a famílias que vivem em áreas de risco ou com renda de até três salários mínimos, em situação de vulnerabilidade social.

Além do repasse de recursos para a construção das residências, a CDHU fará a habilitação dos beneficiários e financiará os imóveis conforme as normas estaduais de atendimento habitacional. Os empreendimentos também serão localizados em locais com infraestrutura urbana e equipamentos de serviços públicos instalados.

Mais água tratada

O investimento do Governo do Estado em São José dos Campos também incluiu a entrega da nova adutora de água tratada do

sistema Tatu-tuba e obras complementares que aumentam a disponibilidade hídrica do município. Com investimento de mais de R\$ 52 milhões da Sabesp, os serviços já estão em pré-obração.

As ações integram o sistema de abastecimento das regiões sudeste e leste da cidade, que reúne 270 mil moradores de 125 bairros. Iniciada em outubro, a adutora é composta por 2 km de tubulação que transferem 100 litros de água por segundo, ampliando em 33% a vazão enviada para a região leste.

A Sabesp também construiu a adutora Cajuru, com mais de 3 km de extensão, a estação elevatória de água tratada e adutora no Jardim da Granja, o reservatório do Cajuru e uma estação elevatória para o reservatório Santa Júlia.

Fim de semana tem programação especial de férias nos museus e exposição da Mônica

A dica deste fim de semana vai para criança que está de férias agora em janeiro. Vários espaços da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo estão com uma programação especial. Até o fim do mês, o Museu do Futebol terá uma série de atividades e brincadeiras gratuitas para toda família na Praça Charles Miller.

Os pequenos também podem aproveitar o Museu da Imigração com as atividades recreativas e

educativas que apresentam maneiras diferentes de brincar de diversos países e culturas. O Museu da Língua Portuguesa também tem uma programação voltada para o público de todas as idades. Além do Brincadeiras Musicais, haverá o lançamento do samba-enredo de um cordão carnavalesco e visitas temáticas.

Na Biblioteca de São Paulo, no Parque da Juventude, crianças com mais de 6 anos podem participar das gincanas e brinca-

deiras. Assim como no Museu das Culturas Indígenas, no Parque da Água Branca, onde a toda a família poderá participar das brincadeiras indígenas e dos jogos educativos.

No interior paulista, o Museu Casa de Portinari, em Brodowski, promove o “Férias no Museu Brincandinho”, com diversas atividades durante o período de férias da criança. Além de oficinas, são propostas brincadeiras como pula corda, bola de meia, bola de

gude, quebra-cabeças, amarelinha e muito mais!

Para terminar, a última dica é a exposição comemorativa dos 60 anos da Mônica na Casa das Rosas. Peças inéditas da personagem das histórias em quadrinhos que marcou gerações podem ser vistas de perto até o dia 20 de fevereiro. A mostra “Sempre fui forte” traz a trajetória completa da Mônica, desde a estreia marcante em 1963 até ela se tornar um ícone cultural brasileiro. A entrada é gratuita.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba/PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião
E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Brasil quita dívidas de 2023 com organismos internacionais

O Brasil pagou, em 2023, R\$ 4,6 bilhões em compromissos financeiros com organismos internacionais e zerou a dívida com essas instituições, divulgaram na quinta-feira (4), em Brasília, os Ministérios das Relações Exteriores (foto) e do Planejamento e Orçamento. O dinheiro foi repassado à Organização das Nações Unidas (ONU), bancos multilaterais, fundos internacionais e dezenas de instituições.

O pagamento mais recente ocorreu em 21 de dezembro, quando o governo quitou R\$ 289 milhões em contribuições regulares à ONU e pagou R\$ 1,1 bilhão em dívidas com missões de paz.

Sem passivos com as Nações Unidas, o Brasil garantiu o direito de voto na Assembleia Geral da ONU em 2024, num ano em que o país preside o G20, grupo das 20 maiores economias do planeta. No segundo semestre de 2023, o Brasil presidiu o Conselho de Segurança do organismo internacional.

“Esse quadro de adimplência,

que resulta do trabalho conjunto do Ministério do Planejamento e Orçamento e do Ministério das Relações Exteriores, além de outros órgãos do governo federal, fortalece a imagem do Brasil no cenário internacional global e regional, reafirma o compromisso do país com o multilateralismo e reforça a capacidade de atuação diplomática em prol dos interesses nacionais e dos princípios que regem a política externa brasileira”, destacou nota conjunta dos dois ministérios.

O comunicado listou a recuperação de direito de voto nos seguintes órgãos:

- Organização Internacional para as Migrações (OIM);
- Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBTO);
- Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);
- Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ);
- Tribunal Penal Internacio-

nal (TPI).

Outras dívidas

O país ainda saldou dívidas com organismos multilaterais como:

- Organização dos Estados Americanos (OEA);
- Organização Mundial do Comércio (OMC);
- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco);
- Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Organização Mundial da Saúde (OMS);
- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Meio ambiente

O governo brasileiro também quitou débitos na área de meio ambiente e mudança do clima. Segundo a nota conjunta, o ato reforça a importância do compromisso do país nas duas áreas, à medida que Belém, no Pará, sediará a Conferência das Nações

Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2025 (COP30).

Os principais passivos zerados nessas duas áreas foram os seguintes:

- Contribuições relativas à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC);
- Contribuições relativas ao Protocolo de Quioto;
- Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB);
- Convenção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (Convenção de Estocolmo);
- Convenção sobre Mercúrio (Convenção de Minamata).

América Latina

Na esfera regional, o Brasil regularizou cerca de R\$ 500 milhões em aportes para o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), em abril. O fundo fornece recursos para projetos em áreas como infraestrutura urbana, segurança, saneamento básico e saúde.

O pagamento permitiu que o

Brasil acessasse R\$ 350 milhões para financiar projetos em municípios brasileiros em regiões de fronteira com os países do Mercosul. Em dezembro, durante a 63ª Reunião Ordinária do Conselho do Mercosul, o governo saldou R\$ 14,6 milhões com o Instituto Social do Mercosul (ISM).

Outras dívidas com órgãos regionais quitadas em 2023 foram estas:

- Associação Latino-Americana de Integração (Aladi);
- Secretaria do Mercosul;
- Parlamento do Mercosul (Parlasul);
- O país também pagou contribuições para os seguintes órgãos do Mercosul:
- Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH);
- Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão (TPR).

Histórico

No fim de 2022, o gabinete de transição para o governo atual informou que havia cerca de R\$ 5

bilhões de dívidas do governo brasileiro com organismos internacionais. No fim de dezembro do mesmo ano, o Itamaraty recebeu R\$ 4,6 bilhões, que foram convertidos em restos a pagar para 2023.

Cabe ao Ministério do Planejamento pagar as contribuições a todos os organismos internacionais dos quais o Brasil participa. O ministério também se responsabiliza pela integralização de cotas em bancos multilaterais e pela recomposição de fundos estrangeiros.

Para evitar novas dívidas, o Orçamento de 2024 - aprovado no fim de dezembro - tornou obrigatórias as despesas com organismos internacionais e compromissos assumidos em tratados externos, o que proíbe o contingenciamento (bloqueio temporário). Segundo o Itamaraty e o Ministério do Planejamento, a mudança “corrige uma inadequação histórica e confere mais previsibilidade à atuação internacional do Brasil em nível multilateral”. (Agência Brasil)

Pequenas e médias empresas já podem contratar energia no mercado livre

O ano de 2024 começou com boa notícia para pequenas e médias empresas que contratam energia em alta tensão, como padarias e outros setores, e têm contas em torno de R\$ 9 mil. Esses consumidores já podem migrar para o Mercado Livre de Energia, um ambiente de venda onde, além de escolherem o fornecedor de preferência, tem espaço para discutir preço, quantidade necessária para uso, período de recebimento e forma de pagamento da energia.

Até o fim do ano passado, essas empresas tinham que se submeter ao mercado regulado, também chamado de mercado cativo, e a compra de energia era apenas com a distribuidora local. Antes da abertura, somente os consumidores com demanda de no mínimo 500 kilowatts podiam participar do mercado livre.

“A partir de 2024, todos os consumidores que estiverem ligados em alta tensão poderão ser livres, independentemente da demanda contratada. Antes, precisavam consumir um mínimo para ser livre, agora basta estarem conectados na alta tensão que são elegíveis a ser livre”, informou a administradora Daniela Alcaro, sócia da Stima Energia, empresa comercializadora de energia, em entrevista à Agência Brasil.

Segundo ela, existem 200 mil unidades conectadas em alta tensão. Entre elas 37 mil já são livres, as maiores e que já vinham migrando desde 2001 como grandes fábricas de aço e vidros. Do restante que está no mercado regulado, uma parte já instalou sistemas de energia solar e comprou energia de geração distribuída.

“Essa parte que encontrou uma alternativa para economizar talvez não se anime a migrar neste momento, mas há outro grupo que não foi por esse caminho e está muito interessado na migração. Eu diria que são 72 mil unidades. Dessas, 13 mil já denunci-

aram termo usado no setor para dizer que fez a opção de migração seus contratos na distribuidora e já sinalizaram que vão migrar”, disse, destacando que isso comprova a demanda para o mercado livre.

O mercado brasileiro de energia é dividido em duas partes. Os consumidores cativos estão no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), onde compram energia de concessionárias de distribuição como a Light e a Enel. Nesse caso, o cliente paga somente uma fatura de energia mensal, concentrando o serviço de distribuição e a geração de energia.

A outra parte é o Ambiente de Contratação Livre (ACL) no qual estão incluídos os consumidores que exercem a escolha e podem comprar a energia diretamente dos geradores ou de comercializadores. As condições são negociadas livremente em contratos bilaterais. O serviço de distribuição é pago pelo cliente por meio de uma fatura a uma concessionária local com tarifa regulada pelo governo e ainda uma ou mais faturas referentes à compra da energia com o preço negociado no contrato.

“A empresa fará contrato com uma distribuidora e passará a pagar duas faturas - uma à distribuidora pelo transporte e outra para o fornecedor de energia”, observou Daniela.

Segundo a administradora, no começo da venda de energia o mercado regulado foi responsável pela expansão da geração no Brasil, porque comprava toda a energia em contratos de 20 anos indexados à inflação. “Era bom para o gerador, porque o preço ia subindo já que o contrato era indexado, mas muito ruim para o consumidor. Imagina um contrato indexado com período de 20 anos. Quando está na metade, a energia já é extremamente cara e, no final, muito cara”.

A vantagem da migração para o mercado livre é a redução dos custos com a energia porque serão adquiridos contratos de geração de energia mais baratos do que os atuais no mercado cativo. Além disso, há previsibilidade, porque no ato da compra já se sabe quanto será pago pela geração. “Eu já sei qual vai ser o meu preço de geração de energia. Não estarei suscetível às intempéries e aos ajustes dentro da energia cativa”, explicou.

De acordo com Daniela, quando o mercado livre surgiu o consumidor questionou a permanência no mercado cativo com tarifas mais elevadas. “Nessa comparação começou a migrar e a ter uma demanda muito grande para o mercado livre, ao ponto de começar a ser responsável pela expansão. A demanda começou a ir mais para o mercado livre, mais equilibrado para o consumidor em termos de preço. Não pesava tanto com contratos longos e indexados”, disse ela, acrescentando, que, em sua maioria, as energias renováveis têm venda no mercado livre.

Outro sócio da Stima Energia, Erico Mello contou que esse mercado começou a se movimentar a partir de 2001/2002, quando houve a migração de grandes clientes como a Vale, Votorantim e outros industriais. Em 2008 cerca de 20% da carga nacional era atendida pelo mercado livre e desde aquele ano vem se desenvolvendo.

“Até por causa das renováveis - em que se tem uma busca dos consumidores por contratos de longo prazo com geradores renováveis. Eles querem ter certeza de que estão comprando energia numa eólica, numa planície solar até de PCH, por exemplo, e por isso fazem contratos de longo prazo, buscando a energia renovável no mercado livre. Esse foi um dos fatores do crescimento do mercado nos últimos dez

anos”, disse à Agência Brasil, acrescentando, que embora tenha sido um movimento gradual, a expansão do mercado livre baseada nas energias limpas se consolidou a partir de 2016.

Para Mello, o mercado livre trouxe liquidez ao ativo energia. Se o investidor quiser construir uma planta atualmente não terá dívidas porque sabe que haverá comprador para o que for gerado. “Não precisa mais esperar um leilão do governo para fazer a compra. Pode construir porque vai ter realmente um comprador para a energia, pois existe liquidez no mercado”, disse, comparando o investidor com um produtor de soja ou de feijão que tem noção de venda garantida do seu produto.

Os consumidores residenciais ainda não têm permissão para migrar para o mercado livre. Daniela Alcaro comentou que existe várias associações e agentes do mercado de energia em frequente contato com o Ministério de Minas e Energia reivindicando a abertura total do Livre, para que todos possam se beneficiar da redução de custos.

A função da comercializadora é fazer todo o processo de migração desse consumidor, que tem que comunicar à distribuidora, apresentar uma série de documentos, estar ligado à comercializadora para que ela saiba o consumo dele e informe à Câmara de Comercialização de Energia. Então, há um processo para a contabilidade da medição da fa-

tura e dos contratos, feito por uma comercializadora varejista responsável por passar todas as informações. Haverá um relógio medidor de energia para dizer quanto ele está consumindo, o que poderá ser conferido junto com a fatura da varejista.

Segundo Daniela, quando o mercado livre começou a crescer os consumidores questionaram porque permanecer no mercado regulado com indexação tão forte e, por isso, custo elevado, no lugar de migrar para o livre com contratos mais curtos e, portanto, com uma indexação de menor peso.

“Nessa comparação começou a migrar e a ter uma demanda muito grande para o mercado livre ao ponto desse mercado ser responsável pela expansão. A demanda começou a vir muito mais do mercado livre, muito mais equilibrado em termos de preços para o consumidor, que os indexados”, afirmou, acrescentando que inicialmente todo tipo de energia era vendida no regulado.

“Mais recentemente, a gente tem visto a geração crescer em renováveis, com parques até mais baratos se pensar em uma usina hidrelétrica ou estruturante como Belo Monte, que muito cara se comparada à solar, eólica ou mesmo térmicas de biomassa, que são energias limpas e mais acessíveis do ponto de vista de investimentos”.

O presidente do Conselho de

Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Alexandre Ramos, informou que visando atender à Portaria nº 50/2023, do MME, e os requisitos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em reunião pública de diretoria, o órgão “prontamente tomou e continuará tomando todas as ações necessárias para garantir a realização da abertura do mercado livre de energia para os clientes conectados em alta tensão, vigente desde o dia 1º de janeiro de 2024”.

Ele disse que com a abertura foi dado um passo importante e defendeu a expansão permanente do mercado. “Entendemos que um importante passo foi dado. Entretanto, propomos que a abertura do mercado, que tanto defendemos, deverá, obrigatoriamente, ser realizada de forma contínua, previsível e, principalmente, de maneira sustentável para o setor elétrico nacional”.

“A CCEE, em trabalho conjunto com o Ministério de Minas e Energia, a Aneel e os agentes de mercado, se empenhou e continuará trabalhando para que a migração das empresas abarcadas pela portaria ao mercado livre ocorra de forma simples, eficiente e segura”, completou.

A câmara foi criada em 2004, por meio de lei federal, para viabilizar o comércio de energia elétrica no mercado livre do Brasil. (Agência Brasil)

Com projeção de 14,4 milhões de toneladas, Paraná inicia plantio da 2ª safra de milho

Os produtores da região Sul deram início ao plantio do milho segunda safra 2023/24 no Paraná. Por apresentar temperaturas médias mais baixas durante o inverno, é por essa região que tradicionalmente começa a semeadura, o que possibilita a colheita antecipada e menor incidência a riscos.

A informação faz parte do Boletim de Conjuntura Agropecuária relativo à semana de 29 de dezembro de 2023 a 3 de janeiro de 2024. O documento, preparado pelo Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab), traz também informações sobre outras atividades agrícolas e pecuárias.

No contexto da produção estadual da segunda safra, com projeção inicial de 14,4 milhões de toneladas, a região Sul é pouco expressiva, mas é excelente alternativa para alguns produtores. Até o momento foram plantados pouco mais de 1,6 mil hectares dos 2,4 milhões de hectares previstos para esta safra no Paraná.

Com a previsão de início de colheita da soja nesta primeira quinzena de janeiro, o plantio do milho deve se intensificar em todo o Estado, visto que ocupa

parte da mesma área. O término de semeadura dessa que é a principal cultura do período deve se encerrar no final de março.

Em relação à primeira safra, a colheita está apenas iniciando com pouca representatividade percentual. Os produtores paranaenses plantaram 309 mil hectares durante o ciclo, o que representa a menor área da história para o período. A expectativa é que sejam colhidos 3 milhões de toneladas.

A semeadura da segunda safra de feijão segue em ritmo lento. Nos últimos 15 dias passou de 1% para 2% dos 293 mil hectares previstos. Por outro lado, o tempo ensolarado ajudou na colheita da primeira safra, com avanço de 15% para 40% dos 113 mil hectares. Com isso 70 mil toneladas da atual safra já estão disponíveis.

O produto retirado do campo tem sido bastante disputado no mercado, tendo em conta que o preço da saca de feijão preto voltou a superar os R\$ 300 neste início de ano e o preço do feijão carioca (cores) está muito próximo desse patamar.

O boletim analisa também a evolução no preço do pão francês que, na média, ficou 2,6% mais caro em 2023 (R\$ 11,44 o

quilo) quando comparado a 2022 (R\$ 11,15). Por ter presença importante no índice inflacionário, esse aumento percentualmente pequeno contribui para que a meta de inflação possa ficar dentro do previsto. Em 2022, comparativamente a 2021 (R\$ 9,86), o pão tinha ficado 13% mais caro.

O Paraná deve ter 26,1 mil hectares semeados com batatas para o período 2023/24. A primeira safra, com 14,7 mil hectares, está toda plantada. A colheita também começou e já foram retirados 65%, ou 9,5 mil hectares. Da segunda safra, o plantio cobre 29% (3,3 mil hectares) dos 11,4 mil hectares estimados.

O preço médio semanal recebido pelos bataticultores em dezembro foi de R\$ 77,63 pela saca de 25kg da batata lisa, uma redução de 4,3% frente aos R\$ 81,13 do período anterior.

O documento preparado pelo Deral analisa ainda os preços de derivados lácteos no varejo paranaense. O leite longa vida, por exemplo, chegou a custar em média R\$ 5,10 em maio, mas encerrou o ano sendo comercializado a R\$ 3,94. O queijo muçarela atingiu R\$ 54,28 o quilo em abril e baixou para R\$ 45,44 em dezembro. (AENPR)

Venda de veículos cresce 12% em 2023, diz balanço da Fenabrave

As vendas de veículos automotores em todo o país cresceram 12,02% em 2023 na comparação com 2022, revela balanço da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).

No ano passado, foram emplacadas 4.108.041 unidades contra 3.667.325 de 2022. Quase todos os segmentos fecharam o ano com alta: automóveis (9,13%) comerciais leves (20,44%), ônibus (12,63%) e motos (16,10%). Apenas o setor de caminhões terminou o ano com baixa: -16,39%.

Em dezembro, o total de veículos vendidos nas concessionárias foi de 400.020 unidades, o que representa expansão de 10,74% ante novembro (361.222 unidades) e 9,03% na comparação com dezembro do ano anterior (117.909 unidades).

Segundo o presidente da Fenabrave, Andretta Júnior, 2023 representa um ano de recuperação para o setor automotivo e foi o primeiro ano desde 2019 em que foram emplacados mais de dois milhões de automóveis e comerciais leves. “Temos que lembrar o impulso das medidas provisórias que estimularam o setor e que mostram que é necessário buscar soluções permanentes que mantenham o mercado aquecido”, disse.

Andretta Júnior ressaltou que, além das medidas provisórias com estímulos fiscais, a melhoria do crédito por conta da queda da taxa de juros foi fundamental para a elevação de 12%.

“A disponibilidade e o custo do crédito têm muita influência na decisão de compra pelos consumidores. Com a queda da inadimplência houve maior dis-

ponibilização de crédito pelas instituições financeiras e isso foi percebido pelo mercado”, afirmou.

Para a Fenabrave, as vendas globais de veículos devem aumentar 13,54% em 2024, o que totaliza 4.518.871 unidades emplacadas. Para os automóveis e comerciais leves a estimativa é a de aumento de 12%, totalizando 2.440.887 unidades.

A venda de caminhões deve crescer 10%, com 114.571 unidades emplacadas, e o segmento de ônibus deve alcançar as 29.546 unidades vendidas, um aumento de 20%. Os implementos rodoviários podem crescer 10%, com 99.296 unidades vendidas. A estimativa para as motocicletas é a de 1.834.571 de unidades comercializadas, o que corresponde a um incremento de 16%. (Agência Brasil)

Uma em cada quatro pessoas em situação de rua vive em São Paulo

Uma em cada quatro pessoas em situação de rua no Brasil vive na cidade de São Paulo. Isso é o que aponta o Observatório Nacional dos Direitos Humanos, plataforma do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Segundo o observatório, a cidade de São Paulo tinha, em julho de 2023, um total de 54.812 pessoas vivendo em situação de rua. Na realidade, esse número pode ser ainda maior, pois o dado levou em consideração apenas as pessoas inscritas no Cadastro Único. A cidade do Rio de Janeiro aparece na sequência, com um total de 14.004 pessoas cadastradas, representando 6,3% do total da população em situação de rua do país. Em terceiro lugar está a cidade de Belo Horizonte, somando 11.796 pessoas (5,3% do total do país).

O levantamento revela que o número de pessoas sem residência formal no Brasil e que estão inscritas no Cadastro Único praticamente dobrou em cinco anos, passando de 116.799 em 2018 para 221.113 em julho do ano passado. Também quase dobrou o número de municípios com pessoas vivendo em situação de rua, passando de 1.215 em 2015 para 2.354 no ano passado. Isso significa que, em 2023, quase 42% dos municípios brasileiros tinham pessoas vivendo nessa condição.

Para o presidente do Movimento Estadual da População em Situação de Rua, Robson Mendonça, esses números são ainda maiores. “Há 69 mil pessoas vivendo em situação de rua na ci-

dade de São Paulo”, disse ele, em entrevista à Agência Brasil. E, segundo ele, esse número tem crescido muito nos últimos anos por falta de políticas públicas. “Há carência de abrigos. E as pessoas estão perdendo empregos e a situação aquisitiva tem diminuído bastante. São vários fatores que fazem com que aumente o número de pessoas nas ruas no dia a dia”, acrescentou.

Além de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, sete cidades brasileiras concentram, juntas, 51,5% do total dessa população em 2023. São elas: Salvador, Brasília, Fortaleza, Porto Alegre, Curitiba, Campinas e Florianópolis.

Procurada pela Agência Brasil, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da prefeitura de São Paulo informou que a capital paulista possui “a maior rede socioassistencial da América Latina, com cerca de 24 mil vagas de acolhimento para pessoas em situação de rua”. Essas vagas são distribuídas em centros de acolhida, hotéis sociais, repúblicas para adultos e Vilas Reencontro, entre outros. “O encaminhamento para os serviços de acolhimento da rede socioassistencial é feito de acordo com o perfil do indivíduo e com a tipologia do serviço, respeitando o histórico da pessoa ou família a ser acolhida”, informou a administração municipal.

Perfil

Em 2023, o perfil da população em situação de rua no país era majoritariamente masculino

(88%) e em idade adulta (57% tinham entre 30 e 49 anos). A maior parte (68% do total) também era formada por pessoas negras (somando 50% pardas e 18% pretas).

Entre os principais motivos apontados para a situação de rua estavam os problemas familiares (44%), seguido pelo desemprego (38%) e o alcoolismo e/ou uso de drogas (28%).

Já com relação ao tempo, a maior parte das pessoas cadastradas (60%) informou encontrar-se nessa situação há dois anos. Segundo os dados, 12% do total informaram viver nas ruas há mais de dez anos.

Como fonte de renda, as principais atividades indicadas foram a de catador de material reciclável (19%) e a de pedir dinheiro nas ruas (11%). Quanto ao local de nascimento, 38% nasceram no

município atual, 57% em outro município e 5% em outro país (o que somou 10.069 pessoas).

Segundo Robson Mendonça, é preciso que se criem políticas públicas para que as pessoas possam viver com dignidade e sair dessa condição de rua. “Em primeiro lugar – e essa já é uma demanda antiga – é preciso resolver a questão da habitação. Em segundo, a questão da empregabilidade. Existe uma lei [da prefeitura de São Paulo] que diz que todo órgão público municipal, quando abrir uma licitação, deve contratar no mínimo 2% da população em situação de rua. E isso não é cumprido”, reclamou.

A lei municipal de São Paulo a que Mendonça se refere é a 17.252, de 2019, que determina a reserva de cota mínima de vagas de trabalho em serviços e obras públicas para pessoas em situa-

ção de rua e que foi regulamentada em 2023. Por essa lei, todo edital de contratação por prazo igual ou superior a 120 dias deverá estabelecer a exigência de disponibilizar no mínimo 2% das vagas para destinação a pessoas que estejam inseridas na rede de serviços e programas para pessoas em situação de rua da prefeitura.

Violência

Entre 2015 e 2022, foram feitas 48.608 notificações de violência no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, que tiveram como motivação principal a condição de situação de rua da vítima. Isso representa uma média de 17 notificações de violência por dia.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos, os números,

no entanto, devem ser ainda maiores porque essas notificações contabilizaram apenas as situações em que um agente público registrou a informação sobre a situação de rua da vítima no sistema.

A maior parte das vítimas dessa violência é formada por mulheres. Apesar de representarem apenas 13% do total de pessoas vivendo nas ruas, as mulheres foram vítimas de 40% dos casos de violência notificados em 2022. Entre os homens, as maiores vítimas de violência nas ruas são os jovens negros: 63% do total eram negros e a faixa etária com mais notificações de violência estava entre os 20 e 29 anos (26% do total de casos notificados).

Os principais autores da agressão (39% do total) eram pessoas desconhecidas das vítimas. (Agência Brasil)

Sem ameaça identificada, 8 de janeiro terá 2 mil PMs na Esplanada

Mesmo sem identificar ameaças à segurança do evento marcado para o próximo dia 8 de janeiro, mais de 2 mil policiais militares do Distrito Federal devem fazer o patrulhamento ostensivo em Brasília na próxima segunda-feira (8). O número é quase quatro vezes superior ao do último dia 8 de janeiro, quando foram empregados 580 PMs na Esplanada, segundo relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigou os atos golpistas daquele dia.

A estratégia para a segurança da Esplanada no próximo 8 de janeiro foi pactuada na quinta-feira (8) pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e pelo Governo do Distrito Federal (GDF), que assinaram um protocolo de ações de segurança no Palácio do Buriti, sede do GDF, em Brasília.

O ministro interino da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Cappelli, afirmou que até o momento não há nenhuma informação que gere preocupação maior. “Claro, isso é monitorado dia a dia e todas as providências estão sendo tomadas para que tenhamos um dia 8 de celebração democrática histórica no Brasil”, destacou.

Cappelli acrescentou que não

há hipótese do 8 de janeiro de 2023 se repetir porque “a reação da sociedade e dos Poderes foi muito forte e essa reação estabeleceu um limite muito claro”.

O documento assinado pelos governos federal e do DF “define o planejamento e as prioridades de atuação de cada órgão, como efetivo policial e organização do trânsito, com foco no evento alusivo à data que ocorrerá no Senado”.

Além dos 2 mil agentes da Polícia Militar do DF que devem ser mobilizados, o plano de segurança prevê o emprego de 250 agentes da Força Nacional que ficarão de prontidão no Ministério da Justiça. A Esplanada ficará fechada no dia 8 na altura da Avenida José Sarney, que é a pista anterior à Alameda dos Estados, próxima ao Congresso Nacional.

A governadora em exercício do Distrito Federal, Celina Leão, destacou que, mesmo sem ameaça detectada, haverá agentes suficientes para qualquer situação. “Será um dia de tranquilidade, um dia de monitoramento e de tranquilidade realmente aqui no Distrito Federal”, ponderou.

Manifestação e golpe

Toda essa segurança é para

o ato marcado no Congresso Nacional, que marcará o primeiro ano do último 8 de janeiro, quando apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, inconformados com o resultado do processo eleitoral, promoveram tentativa frustrada de golpe de Estado.

A cerimônia da próxima semana foi uma proposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e deve contar com a presença dos presidentes do Executivo, Legislativo e Judiciário, além de governadores, parlamentares, representantes da sociedade civil e ministros e representantes dos tribunais de Justiça e assembleias legislativas.

Ricardo Cappelli, afirmou que manifestações políticas não serão reprimidas, desde que não ameacem as instituições.

“Todo mundo manifesta sua preferência política e ideológica livremente e é ótimo que seja assim. Agora, não se confunde manifestação democrática com tentativa de golpe de Estado, não se confunde manifestação democrática com ataque aos Poderes”, afirmou.

O responsável pela segurança na Esplanada dos Ministérios na próxima segunda-feira (8) será o secretário de Segurança Públi-

ca do DF, Sandro Alencar. “O 8 de janeiro de 2023 não vai se repetir. Não vai se repetir em razão desse trabalho que temos feito de inteligência”, afirmou.

O planejamento da segurança para o evento vem desde o final do ano passado, quando representantes dos órgãos de segurança do governo federal e do GDF passaram a se reunir para definir um plano integrado de ações a fim de evitar ameaças de ataques ao evento no Congresso.

Viaturas

Além de assinar o protocolo de segurança para próxima segunda-feira, o Ministério da Justiça e Segurança Pública ainda fez a entrega de 20 viaturas, armamentos, fardas, drones e outros equipamentos para as forças de segurança do Distrito Federal no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci 2).

Ao todo, o investimento feito foi de R\$ 3,6 milhões. O Pronasci 2, lançado em março deste ano, tem desenvolvido ações de integração entre as forças de segurança nacional e estaduais, com entrega de equipamentos para as polícias de todo o país. (Agência Brasil)

Ceará forma educadores em curso de pedagogia intercultural indígena

Sessenta e seis educadores concluíram o curso Cuiabá Pedagogia Intercultural Indígena Magistério Tremembé, da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em Sobral, no Ceará. Os profissionais vão atuar em nove escolas nas aldeias Tremembé, nos municípios de Itarema e Acaraú.

O curso é oferecido pelo Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A proposta é fortalecer temas como a demarcação de terras, além da possibilidade de uma educação

diferenciada.

Parcerias

O curso também tem como parceiros o Conselho Indígena Tremembé de Almofala, as secretarias de Educação do Ceará e de Itarema e a Igreja Metodista do Brasil. Cuiabá é o nome dado a um suporte, feito da caia da cabaça, no qual os Tremembé consomem o mocororó, bebida ritual feita do caju.

“A formação de professores indígenas, habilitados como pedagogos interculturais, tem fortalecido saberes tradicionais e valorizado profissionais que estão em sala de aula”, disse a Capes, por meio de nota. (Agência Brasil)

“Gravíssimo e inaceitável”, diz ministro sobre plano para matar Moraes

O ministro interino da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Cappelli, comentou na quinta-feira (4), em Brasília, que o suposto plano para assassinar o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), é gravíssimo e inaceitável e que as investigações devem ir até “as últimas consequências” para punir os responsáveis.

Alexandre de Moraes revelou, em entrevista ao jornal O Globo, que as investigações sobre os atos golpistas do 8 de janeiro de 2023 descobriram a preparação de planos para prisão e assassinato do magistrado, inclusive com participação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Ainda segundo o ministro do STF, existem três planos para prendê-lo e matá-lo, um deles previa enforcá-lo na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Em conversa com jornalistas na quinta-feira (4), Cappelli afirmou que a existência desse suposto plano revela a gravidade do que estava em curso no Brasil. “Gravíssimo e inaceitável co-

gitem atentado contra a vida de um ministro da Suprema Corte do Brasil”, afirmou.

O ministro interino da Justiça acrescentou que essa informação será apurada e levada às últimas consequências para descobrir os autores do suposto plano de prisão e assassinato do ministro do STF.

“O plano contra o ministro Alexandre de Moraes indigna todos os democratas. Iremos às últimas consequências para identificar e punir todos os responsáveis. Eles acertarão suas contas com a Justiça e com a história”, afirmou Cappelli em uma rede social.

No dia 8 de janeiro de 2023, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, inconformados com o resultado da eleição presidencial de 2022, invadiram as sedes dos Três Poderes, em Brasília, pedindo um golpe militar no Brasil. O ministro Alexandre de Moraes era um dos principais alvos das manifestações golpistas iniciadas após o segundo turno da eleição de outubro de 2022. (Agência Brasil)

A Arquidiocese de São Paulo informou, por nota divulgada na quinta-feira (4), que “acompanha com perplexidade” a tentativa de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o Padre Júlio Lancelotti.

Em dezembro, foi protocolado na Câmara Municipal de São Paulo um pedido de abertura de investigação das organizações não governamentais que atuam na região conhecida como Cracolândia, que concentra pessoas em situação de rua e com consumo abusivo de drogas na parte central da capital.

Apesar do coordenador da Pastoral do Povo de Rua não ser citado nominalmente no requerimento de abertura da CPI, o vereador que fez o pedido, Rubinho Nunes (União), fez diversas declarações, inclusive pelas redes sociais, em que afirma que Lancelotti é o principal alvo. Nunes também declarou que pretende dirigir a investigação contra o movimento A Craco Resiste.

Ação em ano eleitoral

Em 2020, Nunes, então candidato a vereador, solicitou ao Ministério Público de São Paulo a abertura de um inquérito contra A Craco Resiste. Ele acusava a organização de favorecer o consumo de drogas. A investigação policial aberta, no entanto, acabou arquivada sem encontrar qualquer irregularidade.

Na nota, a Arquidiocese de São Paulo questiona a coincidência dessa nova movimentação de Nunes, que é um dos fundadores do Movimento Brasil Livre (MBL), em um ano de eleições

municipais.

“Perguntamo-nos por quais motivos se pretende promover uma CPI contra um sacerdote que trabalha com os pobres, justamente no início de um ano eleitoral?”

No requerimento de abertura de CPI, o vereador afirma que a intenção é investigar ONGs que “fornecem alimentos, utensílios para uso de substâncias ilícitas e tratamento dos dependentes químicos que frequentam a região da Cracolândia”.

Nunes justifica ainda a necessidade de investigação das organizações da sociedade civil alegando que “algumas delas” “recebem financiamento público para realizar as suas atividades”.

O texto recebeu assinaturas de mais de um terço dos 55 vereadores do Legislativo paulistano. Porém, a CPI precisa ainda ser aprovada em plenário pela maioria da Câmara Municipal para ser efetivamente instalada.

Reação

Em reação ao pedido de Nunes, a vereadora Sílvia da Banca Feminista (PSOL) fez um requerimento pedindo a investigação do aumento da população em situação de rua na capital paulista e das políticas públicas de atendimento a essas pessoas.

“É importante lembrar também que este preocupante aumento do número da população em situação de rua na cidade de São Paulo se deu justamente na gestão do Prefeito Ricardo Nunes, que promoveu políticas hostis contra a população em situação de rua, como o recolhimento forçado de barracas e itens pes-

soais”, diz o pedido, que contextualiza que em cinco anos o número de pessoas que dormem nas calçadas da cidade passou de cerca de 24 mil para 53,4 mil.

O requerimento da CPI das Políticas para População de Rua ainda não tem o número mínimo de assinaturas para ser protocolado.

O padre Julio Lancelotti se posicionou, por meio de nota, que as CPIs são legítimas, mas informou que não pertence “a nenhuma organização da sociedade civil ou organização não governamental que utilize convênio com o Poder Público Municipal”.

“A atividade da Pastoral de Rua é uma ação pastoral da Arquidiocese de São Paulo que, por sua vez, não se encontra vinculada, de nenhuma forma, às atividades que constituem o requerimento aprovado para criação da CPI em questão.”

A Craco Resiste, por sua vez, informou que não é uma ONG. “Somos um projeto de militância para resistir contra a opressão junto com as pessoas desprotegidas socialmente da região da Cracolândia. Atuamos na frente da redução de danos, com os vínculos criados com as atividades culturais e de lazer. E denunciamos a política de truculência e insegurança promovida pela prefeitura e pelo governo do estado”, disse, em nota.

O movimento também chama a atenção para a necessidade de investigar os recursos públicos usados para a política de interações e de repressão policial na Cracolândia. “A aposta no mo-

dulo de interações, em que as pessoas são, na prática, submetidas a sucessivas privações de liberdade, é apenas uma maneira de transferir recursos públicos para entidades privadas sem resultados para a população. A maior parte das pessoas que frequentam a Cracolândia acumula passagens por clínicas e pelas chamadas “comunidades terapêuticas”, diz o movimento, que classifica a tentativa de abertura da CPI como uma forma de tirar o foco de discussões mais relevantes.

Repercussão

Na rede social X, a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, expressou solidariedade ao padre Julio.

“Todo meu apoio ao padre Julio Lancelotti, que está sofrendo de uma perseguição e a ameaça de uma CPI em São Paulo. Como ele disse: “Quando você está do lado dos indesejáveis, você é indesejável também”. Padre Julio não está sozinho! Permanecemos do lado certo!”

Outra ministra que se posicionou em apoio ao padre foi a do Meio Ambiente, Marina Silva. Para ela, a proposta de abertura de CPI “revela uma inquietante distorção de prioridades e senso de Justiça”. Ao final da postagem, a ministra questiona:

Quando o compromisso social, o combate à pobreza e a dedicação aos menos favorecidos tornam-se alvos de ataques políticos, é momento de a sociedade pausar e refletir profundamente, onde estamos e para que tipo de abismo estamos indo? (Agência Brasil)

Câmera corporal em policiais é caminho sem volta, afirma ministro

Preços na saída das fábricas recuaram 0,43% em novembro

O Índice de Preços ao Produtor (IPP) registrou deflação (queda de preços) de 0,43% em novembro de 2023, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador mede a variação dos preços dos produtos na saída das fábricas brasileiras.

A deflação veio depois de três altas de preços consecutivas. Em outubro, por exemplo, a inflação foi 1,07%. Com o resultado de novembro, o IPP acumulou taxas de deflação de 4,89% nos 11 primeiros meses de 2023 e de 6,09% em 12 meses.

Treze das 24 atividades da indústria apresentaram deflação em novembro, com destaque para indústrias extrativas (-7,09%), outros produtos químicos (-1,36%) e ve-

ículos (-0,12%).

Por outro lado, dez atividades registraram inflação, com destaque para alimentos (0,56%) e refino de petróleo e biocombustíveis (0,83%). O setor de borracha e plástico manteve os mesmos preços de outubro.

Entre as quatro grandes categorias econômicas da indústria, houve deflações de 0,40% em bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos usados no setor produtivo; de 0,66% em bens intermediários, ou seja, os insumos industrializados usados no setor produtivo; e de 0,18% em bens de consumo semi e não duráveis. Os bens de consumo duráveis tiveram inflação de 0,31%. (Agência Brasil)

O ministro interino da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Cappelletti, avaliou na quinta-feira (4) que o uso de câmeras corporais por policiais é um caminho sem volta e que, mais cedo ou mais tarde, todos os estados devem aderir à tecnologia. O governo federal pretende apresentar, em fevereiro, diretrizes nacionais para o uso desses equipamentos.

“A gente tem a convicção de que esse é um processo de convencimento e que a gente vai, paulatinamente, conseguir com que todos passem a estar integrados. Câmera corporal é um caminho sem volta. Eu tenho a convicção de que ele [o equipamento], aos poucos, vai galvanizar porque ele protege a atividade policial. Ele protege o bom policial e ajuda na cadeia de custódia das provas, a consolidar provas. Eu acho que esse é um processo

sem fim e tenho convicção de que todos vão acabar aderindo”, comentou, ao ser questionado sobre as ações do governo de São Paulo contrárias ao uso de câmeras corporais por policiais.

A fala do secretário executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que atualmente está como ministro interino da pasta, ocorre dois dias após o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, afirmar que essa tecnologia não aumenta a segurança dos cidadãos. Em 2023, o programa de câmeras corporais da polícia do estado sofreu cortes de 37% no orçamento previsto.

Diretrizes nacionais

O governo federal prepara uma diretriz nacional para publicar em fevereiro com regras para o uso das câmeras em policiais. O projeto está em consulta pú-

blica e contou com a participação dos governos e das polícias, civis e militares, de todas as 27 unidades da federação, segundo o Ministério.

Cappelletti acrescentou que essas diretrizes nacionais não serão uma imposição aos estados e que servirá para que todas as unidades da federação possam compartilhar dados e informações por meio de procedimentos padronizados.

“A câmera corporal, o mais importante não é o equipamento, são os dados que a câmera coleta, por trás da câmera tem os dados. O fundamental é que todos os entes federais tenham um padrão no tratamento desses dados”, destacou.

Letalidade policial

Estudos em segurança pública têm mostrado que o uso de

câmeras corporais nos uniformes de policiais reduz a letalidade nas abordagens feitas pelas forças de segurança.

Depois que a Polícia Militar de São Paulo passou a adotar câmeras corporais portáteis nos uniformes de alguns agentes, a letalidade provocada por policiais em serviço caiu 62,7% no estado, passando de 697 mortes em 2019 para 260 em 2022. O levantamento foi feito pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Os defensores das medidas ainda sustentam que a medida possibilita a criação de provas que protegem os policiais contra acusações falsas. Por outro lado, os críticos argumentam que a câmera invade a privacidade dos agentes de segurança. (Agência Brasil)

Inmetro anuncia projeto para descarbonização do transporte rodoviário

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) aprovou projeto para o desenvolvimento de um sistema de conectividade veicular com foco na redução das emissões de carbono para o transporte rodoviário. A iniciativa, anunciada na terça-feira (3), visa a auxiliar o desenvolvimento de tecnologias de descarbonização para o setor.

Chamado de Descarbonize.ai: Sistema Integrado para Análise, Monetização e Descarbonização do Tráfego Veicular, o programa vai aplicar nessa etapa R\$ 18 milhões em projetos colaborativos entre instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) com empresas da cadeia automotiva e de tecnologia, a fim de gerar soluções de impacto e abrangência.

A iniciativa é desenvolvida em parceria com as universidades federais do Rio Grande do Norte (UFRN) e de Pernambuco (UFPE), e com as empresas Em-

beddo Computação Aplicada, Volkswagen Caminhões e Ônibus (VWTVB), Peugeot Citroen Do Brasil, e FCA Fiat Chrysler.

“A solução abrange a utilização de tecnologias disruptivas como internet das coisas, inteligência artificial e blockchain para viabilizar a geração de ambiente sustentável que promova a transição para uma frota veicular com maior eficiência energética e menor emissão de gases. Nesse contexto, motoristas, gestores de frota, montadoras e corporações em geral são incentivados a adotar iniciativas ecológicas e responsáveis”, informou o Inmetro.

Os recursos para o projeto são do programa Rota 2030, iniciativa do governo federal lançada em 2018, que define normas para a fabricação e a comercialização de veículos nacionais para os próximos 15 anos. (Agência Brasil)

Receita adia início da autorregularização de dívidas

A Receita Federal adiou para esta sexta-feira (5) o início da adesão dos contribuintes ao programa de autorregularização incentivada de tributos. O prazo começaria na terça-feira (2), mas por problemas técnicos o formulário de adesão não pôde ser disponibilizado na data prevista.

O programa permite que os contribuintes admitam a existência de débitos, paguem somente o valor principal e desistam de eventuais ações na Justiça em troca do perdão dos juros e das multas de mora e de ofício e da não realização de autuações fiscais. Ele foi criado pela Lei 14.740, sancionada em novembro de 2023.

De acordo com a Receita Federal, o adiamento do início da adesão não afeta os incentivos que o contribuinte pode obter com a autorregularização. Pessoas físicas e empresas podem participar. O período de adesão vai até 1º de abril.

A dívida consolidada pode ser quitada com desconto de 100% das multas e dos juros. O contribuinte pagará 50% do débito como entrada e parcelará o restante em 48 meses. Quem não aderir à autorregularização pagará multa de mora de 20% do valor da dívida.

O requerimento de adesão deve ser feito pelo portal do Centro Virtual de Atendimento da Receita Federal (e-CAC). Se o pedido for aceito, o órgão considerará que houve confissão extrajudicial e irrevogável da dívida. Somente débitos com a Receita Federal podem ser autorregularizados. O programa não abrange a dívida ativa da União, quando a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional passa a cobrar o débito na Justiça.

A regulamentação do programa foi publicada em instrução normativa no dia 29 de dezembro.

Ele permite a inclusão, na renegociação, de tributos não constituídos (não confessados pelo devedor) até 30 de novembro de 2023, mesmo nos casos em que o Fisco tenha iniciado procedimento de fiscalização. Também podem ser incluídos tributos constituídos (confessados pelo devedor) entre 30 de novembro de 2023 e 1º de abril de 2024.

Quase todos os tributos administrados pela Receita Federal estão incluídos na autorregularização incentivada. A exceção são as dívidas do Simples Nacional, regime especial para micro e pequenas empresas.

Assim como em outros programas recentes de renegociação com a Receita, o contribuinte poderá abater créditos tributários (descontos em tributos pagos a mais) da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), desde que limitados a 50% da dívida consolidada. Também será possível abater créditos de precatórios, dívidas do governo com o contribuinte reconhecidas pela Justiça em sentença definitiva, tanto próprios como adquiridos de terceiros.

Segundo a instrução normativa, a redução das multas e dos juros também não será computada na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, da CSLL, do Programa de Integração Social (PIS), do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A Receita regulamentou os critérios para a exclusão do programa. Será retirado da renegociação especial quem deixar de pagar três parcelas consecutivas ou seis alternadas. Caso o devedor deixe de pagar uma parcela, estando pagas as demais, também será excluído da autorregularização. (Agência Brasil)

Braille é essencial para plena realização dos direitos humanos, segundo a ONU

Mesmo em circunstâncias normais, pessoas com deficiência têm menos chance de acessar serviços de saúde, educação e emprego. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), é mais provável que elas vivam na pobreza, registrem taxas mais elevadas de violência, negligência e abuso e estejam entre os mais marginalizados. No caso de deficientes visuais, a pandemia de covid-19, segundo a entidade, mostrou a importância de produzir informação essencial em formatos acessíveis, incluindo Braille e formatos sonoros.

“Muitas pessoas com deficiência poderiam enfrentar risco maior de contaminação devido à falta de acesso a orientações e precauções para proteger e reduzir a propagação de uma pandemia. A covid-19 também enfati-

zou a necessidade de intensificar todas as atividades relacionadas com a acessibilidade digital para garantir a inclusão digital de todos”, destacou a ONU. No Dia Mundial do Braille, lembrado na quinta-feira (4), a proposta é ampliar a conscientização do Braille como meio de comunicação para a plena realização dos direitos humanos de pessoas com deficiência visual.

O Sistema Braille foi criado em 1825 pelo francês Louis Braille, que ficou cego aos 3 anos em razão de um acidente que causou infecção nos dois olhos. A versão mais conhecida da escrita data de 1837. O sistema permite a comunicação em várias línguas.

Formado por símbolos alfabéticos e numéricos, o sistema possibilita a escrita e a leitura, por meio da combinação de um a seis

pontos. A leitura, com uma ou ambas as mãos, se faz da esquerda para a direita. Os pontos em relevo obedecem a medidas padrão e a dimensão da cela Braille corresponde à unidade de percepção da ponta dos dedos.

No Brasil, o Braille foi introduzido por José Álvares de Azevedo, idealizador da primeira escola para o ensino de pessoas cegas no país, o Imperial Instituto de Meninos Cegos, atual Benjamin Constant. Em 8 de abril, aniversário de Azevedo, é comemorado o Dia Nacional do Braille.

A ONU destaca que o Braille é considerado essencial no contexto da educação, da liberdade de expressão e de opinião, bem como da inclusão social, conforme previsto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Condições oculares são consideradas extremamente comuns. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que pelo menos 1 bilhão de pessoas em todo o mundo apresentam algum tipo de deficiência visual, seja para enxergar de perto ou de longe, que poderia ter sido evitada ou que ainda não foi solucionada.

“As pessoas com deficiência visual têm maior probabilidade do que as que não têm de sofrer taxas mais elevadas de pobreza e desvantagem. Não satisfazer as suas necessidades ou não cumprir os seus direitos tem consequências de amplo alcance: a perda de visão representa, muitas vezes, uma vida inteira de desigualdade, problemas de saúde e barreiras à educação e ao emprego”, alertou a ONU. (Agência Brasil)

113 milhões de bilhetes concorrem ao primeiro sorteio da Nota Fiscal Paulista

O primeiro sorteio de 2024 da Nota Fiscal Paulista será bastante concorrido. Pelo menos 112.968.545 bilhetes eletrônicos, de pessoas físicas, condomínios e entidades assistenciais, irão disputar os prêmios da 182ª extração do programa da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP).

O prêmio principal, no valor de R\$ 1 milhão, será disputado por mais de 9 milhões de pessoas físicas e condomínios com um total de 86,8 milhões de bilhetes eletrônicos. Já 3.120 entidades beneficentes de todo o Estado vão participar com 26 milhões de bilhetes concorrendo ao prêmio máximo, nesta categoria, de R\$ 100 mil. Cinco associações podem levar o prêmio.

O sorteio de janeiro da Nota Fiscal Paulista será realizado dia 12 e terá o resultado publicado no Portal da Sefaz-SP. Os participantes do programa já podem consultar no site o número de bilhetes que estão aptos a dis-

putar os prêmios.

Ao todo, serão sorteados 655 prêmios com um valor total de R\$ 6,7 milhões. Estão na disputa consumidores e entidades que incluam seu CPF ou CNPJ nas notas fiscais durante as compras feitas no comércio paulista em setembro de 2023. As pessoas físicas e condomínios concorrem a outros 4 prêmios de R\$ 500 mil, 10 prêmios de R\$ 100 mil, 15 de R\$ 50 mil, 20 de R\$ 10 mil, 50 de R\$ 5 mil e 500 prêmios de R\$ 1 mil. Já as entidades também podem concorrer a 50 prêmios de R\$ 10 mil.

Para participar dos sorteios, o consumidor que pede a Nota Fiscal Paulista deve se cadastrar no site do programa e aderir ao regulamento. As adesões até o dia 25 de cada mês permitem a participação já no mês seguinte. Uma vez feito o processo, não é preciso repeti-lo. Portanto, a inclusão nos sorteios seguintes é automática. Cada R\$ 100 em compras dá direito a um bilhete eletrônico para concorrer.

A Nota Fiscal Paulista, criada em outubro de 2007, integra o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Governo do Estado de São Paulo e reduz, de fato, a carga tributária individual dos cidadãos, que recebem créditos ao efetuar compras de mercadorias em São Paulo.

O sistema distribui até 30% do ICMS efetivamente recolhido pelos estabelecimentos comerciais aos consumidores que solicitam o documento fiscal e informam CPF ou CNPJ, proporcional ao valor da nota.

A devolução é feita em créditos que podem ser acompanhados pela internet e utilizados para pagamento do IPVA ou resgatados em dinheiro. O consumidor também pode solicitar o documento fiscal sem a indicação do CPF/CNPJ e doá-lo a uma entidade de assistência social, saúde, educação, defesa e proteção animal ou cultura cadastradas no programa Nota Fiscal Paulista, se assim desejar. Essa é uma deci-

são pessoal e exclusiva do consumidor.

Desde janeiro de 2019 os consumidores (pessoas físicas e condomínios) e instituições assistenciais cadastradas no programa passaram a ter seus créditos liberados mensalmente. Os valores permanecem à disposição dos participantes por um ano, a contar da liberação, e podem ser utilizados a qualquer momento dentro desse período. O saldo mínimo para transferência é de R\$ 0,99.

No total, a Nota Fiscal Paulista devolveu aos participantes do programa cerca de R\$ 18,4 bilhões, sendo R\$ 16,4 bilhões em créditos e mais de R\$ 2 bilhões em prêmios. Já foram realizados 181 sorteios no programa.

Para conferir os créditos, aderir ao sorteio ou obter mais informações sobre a Nota Fiscal Paulista, basta acessar o site. Para baixar o aplicativo oficial do programa, acesse a loja de aplicativos de seu smartphone ou tablet.

Fatecs de SP divulgam locais de exame para quem faz o Vestibular no domingo (7)

Os candidatos que se inscreveram no processo seletivo das Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatecs) podem conferir os locais da prova no site www.vestibularfatec.com.br desde as 15h desta quarta-feira (3).

O exame que dá acesso às vagas para o primeiro semestre de 2024 será realizado no próxi-

mo domingo (7). Os portões das escolas serão abertos às 12h15 e fechados às 13h, impreterivelmente. Comum a todos os cursos, a prova terá uma redação e 54 questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas.

A fim de evitar imprevistos, o candidato deve estar atento às seguintes orientações:

Conferir o local de prova, o número de inscrição no processo seletivo e chegar com uma hora de antecedência onde fará o exame;

Levar um documento de identidade com foto, caneta preta ou azul, lápis, borracha e régua;

Ler as instruções e as questões com atenção;

No cartão de respostas, mar-

car as alternativas com cuidado e não rasgar, dobrar ou amassar;

Permanecer na sala até, no mínimo, as 15h30. Após esse horário é permitido levar o caderno de questões.

Na internet é possível consultar a Portaria e o Manual do Candidato, que detalham as normas do exame.